

## O ESPAÇO: AS VÁRIAS ACEPÇÕES

### ESPAÇO: O SEU (MAU) TRATAMENTO PELA TEORIA ECONÔMICA

JORGE MADEIRA NOGUEIRA

#### Considerações iniciais

A crença de que certos pressupostos teóricos são mais do que simples hipóteses de trabalho tem provocado a desatenção do economista para fenômenos cruciais do funcionamento de uma sociedade. Por exemplo, o modelo competitivo do economista simplesmente ignora (ou ignorou até há bem pouco tempo) o problema da informação (e o do custo de obtê-la) por assumir uma figura abstrata de consumidor e de um produtor onisciente. Custos de transação — os custos de fazer o sistema econômico funcionar — são freqüentemente supostos como irrelevantes, quando na verdade eles são, em muitas situações, obstáculos insuperáveis para a formação de mercados.<sup>2</sup> Informação tem valor, é desejável por si mesma e o custo de obtê-la pode ser elevado.

Um outro caso típico de pouca atenção do economista relaciona-se com a variável espaço. As principais contribuições da teoria econômica para o entendimento da organização espacial de uma área concentram-se em alguns modelos de localização das atividades sócio-econômicas, englobados com a denominação de teorias de localização. Essas teorias locacionais definem uma estrutura espacial como resultado da inter-relação entre forças centrípetas e centrífugas. Dentro de um contexto intraurbano, as decisões de localização são tomadas comparando-se os custos do solo e de transportes. Nesse contexto, eficiência ao nível intraurbano é definida em termos de "trade-off" entre as economias de escala associa-

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Economia. Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> Na verdade, falhas de mercado ocorrem quando custos de transação são tão elevados que a existência de um mercado não é viável do ponto de vista econômico.

das à concentração urbana e a redução dos custos de transporte que decorreriam de um aumento na dispersão espacial. Balanceando esses custos e benefícios alcança-se a distribuição ótima de atividades dentro do sistema de cidades.<sup>3</sup>

As mudanças que têm ocorrido, nas últimas décadas, na base técnica industrial e das telecomunicações têm exposto as limitações do tratamento econômico do espaço. Enfoques tradicionais parecem ter dificuldades crescentes para explicar o comportamento locacional de setores de produção inteiros. Em muitos casos, a correlação positiva entre distância e custos não ocorre ou é muito pouco significativa. A máxima de que "a cidade toma a forma imposta pela existente tecnologia de transporte" parece não ser mais válida. Atividades econômicas funcionalmente interdependentes podem operar eficientemente mesmo que dispersas espacialmente.

Parece evidente que outros determinantes estão tomando precedência nas decisões de localização dos agentes econômicos. Entre esses determinantes destacam-se a disponibilidade de recursos humanos qualificados, um meio ambiente mais favorável ou, simplesmente, custos de produção mais baixos. O advento de serviços e atividades produtivas intensivas em informações alterou os padrões espaciais convencionais, refletindo o fato de que insumos de informação são facilmente transportados em longas distâncias geográficas.

Este breve ensaio é uma revisão limitada do tratamento econômico do espaço. Iniciando-se com a apresentação dos principais enfoques dos economistas para o processo de desenvolvimento urbano, o texto aprofunda a análise das teorias neoclássicas da localização. Finalmente, rápidas considerações são feitas sobre espaço e competitividade, buscando destacar os impactos da chamada "revolução da informação" sobre o tratamento econômico do espaço.

## Os enfoques econômicos e o espaço

Escritos em teoria urbana diferem na maneira como o desenvolvimento urbano é conceitualizado. De um lado do espectro estão aqueles que enfatizam a *dinâmica intrasocietal* de estruturas e processos tais como modernização cultural e relações de classe. No outro lado, localizam-se aqueles que destacam a conexão entre processos ou estruturas dentro de determinadas formações sociais e a *dinâmica intersocietal* mais ampla de produção e de troca.

<sup>3</sup> Um tamanho eficiente de cidade é, então, definido em termos de "tradeoff" entre as economias de escala de produção e as deseconomias em termos de consumo negativo e externalidades da produção. Eventualmente os benefícios marginais de uma cidade em crescimento são suplantados pelos custos marginais desse crescimento e, assim, obtém-se um tamanho eficiente de cidade.

Os enfoques da *teoria da localização*<sup>4</sup>, da *teoria da modernização*<sup>5</sup>, da *teoria urbana estruturalista*<sup>6</sup> e da *teoria da praxis urbana*<sup>7</sup> têm destacado, diferentemente, o papel das condições intrasocietais na urbanização. Já a *teoria de dependência*<sup>8</sup> e a *teoria do sistema-mundial*<sup>9</sup> têm sido os enfoques mais destacados em explicar o desenvolvimento urbano de uma perspectiva intersocietal. SMITH e TARDANIZO (1987) analisam todos esse enfoques buscando uma síntese teórica interligando os macro-aspectos de algumas delas com os micro-aspectos de outras.

Eu não tenho espaço neste ensaio para discorrer sobre as características centrais desses diversos enfoques teóricos. Algumas poucas observações são feitas ao longo de notas ao pé das páginas. Não obstante, pode-se afirmar que todas elas dão um (mau) tratamento superficial à variável espaço. Os enfoques intersocietais permitem uma visão abrangente do processo de desenvolvimento urbano, mas pouco explicam sobre as decisões de localização de unidades produtivas ou habitacionais específicas. O mesmo pode ser dito sobre as teorias urbano-estruturalista e de praxis-urbana. Já a teoria da localização, apesar de explicitamente considerar o espaço, o faz de uma forma a-histórica e reducionista.

Não obstante, todos esses enfoques evidenciam que a geografia da atividade econômica dentro de uma cidade ou região resulta das conseqüências de um portfólio de decisões locacionais tomadas ao longo do tempo. No início do século XIX Johann Heinrich von Thünen, o primeiro dos teóricos da localização, escreve sua obra mestra (*O Estado Isolado*

<sup>4</sup>Analisa o desenvolvimento urbano, reduzindo-o ao cálculo envolvido na decisão de escolher a localização ótima para as atividades produtivas. Acesso a mercados de insumos e de produtos e custos de transporte são os incentivos locacionais chaves.

<sup>5</sup>Retrata o mundo como um conjunto de regiões e nações razoavelmente auto-suficientes. Elas procederiam ao longo de um caminho uniforme de desenvolvimento sócio-econômico. caminho esse moldado pelas áreas precursoras dos Estados Unidos e Europa. Diferenças no ritmo de evolução nacional e regional seriam creditadas a condições internas que facilitaríamos ou impediríamos a difusão de certos valores como racionalidade, cosmopolitismo e inovação.

<sup>6</sup>Ligada aos trabalhos de HARVEY (1973 e 1978) e os escritos iniciais de CASTELLS (1977 e 1978) e baseada nos princípios marxistas, ela enfatiza a dinâmica intrasocietal da urbanização. Estruturalistas enfocam a lógica de acumulação capitalista. Essa lógica é baseada nas relações de classe da sociedade capitalista, que geram e distribuem desigualmente os recursos materiais.

<sup>7</sup>O próprio CASTELLS (1983 e 1984), em trabalhos mais recentes, alia-se aos teóricos da praxis-urbana na crítica ao funcionalismo e determinismo dos estruturalistas. Esses autores prionzam a dualidade da estrutura social e da ação humana. A noção de dualidade chama a atenção não apenas para os limites estruturais mas também das oportunidades estruturais. As estruturas sociais são, simultaneamente, resultados e canais da consciência da praxis-urbana.

<sup>8</sup>A partir das críticas às teorias da localização e da modernização, acusando-as de ignorarem (ou relegarem para segundo plano) a dinâmica da exploração interregional e internacional, os dependentistas propõem a existência de fenômeno organizado politicamente em uma escala planetária como uma hierarquia de relações exploratórias que extrai valor excedente entre classes dentro de uma determinada formação social e entre espaços geográficos da periferia para o centro, nacional e internacionalmente.

<sup>9</sup>Essa perspectiva entende que a escola da dependência não aprofunda a análise suficientemente, visto que conceitua o processo econômico e as relações de classe como sendo fenômenos essencialmente intranacionais. As teorias do sistema-mundial argumentam que processos econômicos e relações de classe são elementos de uma estrutura global de produção e comércio. Assim, as unidades político-econômica nacional e subnacional nada mais são do que elementos de uma estrutura global.

*em Relação à Agricultura e à Economia Nacional*). Seus seguidores, adeptos da Escola Histórica Alemã, pesquisam a existência de leis naturais na evolução espacial das estruturas econômicas. Outros autores realizam listagens exaustivas dos fatores locais, que sugerem as vantagens e as desvantagens de uma região para receber atividades industriais, agropecuárias e outras.

Agentes sociais analisam esses diversos fatores locais e decidem, sujeitos a certas restrições, onde localizar suas empresas e/ou suas residências. Qualquer analista que estiver interessado em ir além uma mera descrição e estabelecer as relações básicas de causa e efeito dos resultados de escolhas locais deve, segundo TOWNROE (1991), começar com um modelo de comportamento baseado nas forças de oferta e demanda espacial.

Por outro lado, esses enfoques também deixam claro que as estruturas econômicas e geográficas mutantes de uma cidade ou região em crescimento podem ser analisadas em diferentes níveis; ou, dito de outra forma, elas podem ser vistas de diferentes perspectivas. Nenhum nível particular permite uma explicação completa. Na verdade, não existe o nível correto. Cada nível ou perspectiva pode ser mais ou menos útil para que se possa entender o que está acontecendo. TOWNROE (1991) sugere quatro níveis (ou perspectivas) de análise.

O primeiro nível de análise de uma economia-urbana regional é agregado e geográfico. O foco é na mudança local de diferentes categorias de atividades econômicas dentro da cidade e seus arredores. A partir da identificação e descrição de tendências na concentração e desconcentração a análise evolui para estruturas de modelos de comportamento.<sup>10</sup> Já o segundo nível de análise da economia urbana altera o enfoque do espaço geográfico para o espaço econômico, destacando a estrutura econômica da cidade e de sua região. A estrutura econômica é, em geral, vista em termos de um "mix" de atividades. Atividades diferentes têm exigências distintas dentro e ao redor da cidade. Elas também respondem seletivamente para características locais e econômicas de uma cidade relativamente à outra.

O terceiro nível analítico já particulariza a companhia, a empresa, a unidade de produção. Busca-se compreender os padrões e os processos de mudança industrial, empresa por empresa. De particular importância é o contexto do processo de tomada de decisões do administrador. Essas características são essenciais para nosso entendimento do processo decisório de escolha de localização e de seu resultado espacial final.

<sup>10</sup>Um desses modelos é o modelo econômico urbano que se concentra nas decisões de localização residencial de deslocamento da população. Um outro busca associar características positivas e negativas de sub-áreas dentro e fora da cidade, com taxas de crescimento e declínio da atividade econômica

Finalmente, há o nível do tomador de decisão individual. Apesar das informações obtidas nos três primeiros níveis terem permitido um entendimento significativo da realidade local/regional, o processo de escolha locacional pressupõe, implícita ou explicitamente, um modelo de tomada de decisão individual influenciando qualquer mudança. O modelo do agente econômico racional é normalmente entendido como uma abstração fundamental do mundo real. Através dele pode-se desenvolver silogismos de comportamento coerente e controlado, desenvolvendo o agente objetivo e calculista. O perigo que se corre é acreditar que o modelo do agente econômico racional que o economista usa é um retrato único, fiel e completo de reais tomadores de decisão e não simplesmente uma abstração necessária e uma simplificação generalizável.

Um outro perigo, este menos óbvio, é o de excluir variáveis não-econômicas da lista de possíveis influências sobre o processo de tomada de decisões. Pode-se, em assim procedendo, ignorar que agentes podem não ser tão oniscientes assim e que existe mais do que um único tipo de racionalidade. Indivíduos vivem e trabalham em sociedade. Isso pode fornecer a ele ou a ela maneiras distintas de olhar o mundo, maneiras essas que podem variar entre países ou entre grupos sociais dentro de um mesmo país.

### **As teorias neoclássicas de localização<sup>11</sup>**

A discussão anterior pode ser interpretada como síntese das principais contribuições das teorias fundamentais da localização das atividades sócio-econômicas (agrícolas, industriais e comerciais) para a análise da organização espacial da economia. As teorias da localização se estruturam, essencialmente, na interpretação das decisões empresariais (do agente econômico racional), em uma economia de mercado, sobre o melhor sítio onde localizar-se. Essas decisões visam a minimizar os custos operacionais e, fundamentalmente, os custos de transporte das matérias-primas e do produto final até o mercado consumidor, ou então maximizar o lucro. Por suas características, as denominadas *teorias neoclássicas da localização*, por sua importância e origens histórico-doutrinárias, são teorias centrais no estudo econômico do espaço. Elas podem ser assim agrupadas:

- as teorias que consideram os *mercados consumidores puntiformes*, ou seja, os consumidores se concentram em pontos discretos do espaço geográfico;
- as teorias que consideram os *consumidores dispersos* em áreas de mercado de diversos tamanhos.

<sup>11</sup>Essa seção do ensaio é baseada em FERREIRA (1989).

As contribuições seminais das teorias do primeiro grupo, que consideram mercados puntiformes, são de Alfred Weber e Jonhann Heinrich von Thünen. As contribuições incluídas nas teorias do segundo grupo, ou seja, daquelas teorias que consideram áreas de mercado são de August Lösch e Harold Hotelling, entre outros. Essas mais algumas contribuições posteriores de Walter Isard, Leon N. Moses e David H. Smith formam o conjunto das contribuições que constituíram os fundamentos básicos das teorias da localização e da análise da organização espacial da economia.

De antemão, é preciso enfatizar que tal conhecimento é, ainda, imperfeito. Questões fundamentais como a identificação de padrões ideais de dispersão das atividades que conduzam ao desenvolvimento sócio-econômico sustentado e à equidade social, a integração analítica das influências dos custos totais de produção (inclusive os custos de transporte) e de fatores de demanda e as conseqüências da interdependência locacional sobre o desenvolvimento regional, entre outras questões, são desafios atuais para os planejadores e para os acadêmicos interessados nos problemas regionais.

Os dois grupos de teorias da localização reúnem teorias que, de um modo geral, têm características e pressupostos conceituais, que distinguem um grupo do outro. Além do mais, esses pressupostos conceituais permitem avaliar suas possibilidades de explicar a formação econômica das regiões. As teorias fundamentais da localização dos mercados consumidores puntiformes concentram-se na minimização dos custos de transporte. Essas teorias, de fato, não tem preocupação com a demanda pelo produto final, pois admitem que toda produção será vendida a preço de mercado. Não levam a maiores reflexões com relação à dependência das decisões locacionais de uma empresa às decisões locacionais das outras empresas. Além do mais, não se preocupam com as conseqüências da escala de produção planejada sobre a escolha do melhor local para se implantar uma fábrica, nem a possibilidade de substituição de insumos, uma vez que admitem proporções fixas, ou coeficientes técnicos de produção constantes, nos projetos industriais.

Por outro lado, as teorias fundamentais da localização dos consumidores dispersos, também, consideram proporções fixas de fatores de produção, bem como oferta elástica de insumos, negligenciando as conseqüências das condições de produção nas decisões locacionais. Enfatizam as condições de demanda e a interdependência locacional.<sup>12</sup> Lösch pressupõe rendimentos decrescentes.

<sup>12</sup> Fica claro, então, que a base fundamental das economias de escala é a proximidade geográfica. Essa proximidade tem repercussões sobre a atividade em termos daquilo que se convencionou chamar *economias de aglomeração*. Por causa da significativa importância da distância física nos modelos locacionais, a literatura existente trata quase que exclusivamente espaço em termos de custos de transporte.

Os rumos das discussões teóricas têm sido no sentido de buscar-se a construção de uma teoria geral da localização, integrando as duas teorias fundamentais e as condições de produção e de mercado, ou seja, oferta e demanda. Enfatizam-se a interdependência locacional e os padrões de tendências e dispersão e concentração das atividades econômicas. Funções de produção com substituição relativamente perfeita entre os insumos, inclusive o "insumo de transporte", são introduzidas. Ou seja, a substituição de insumo de localização distantes, por insumos de localização próxima ou mais favorável. As funções de produção não lineares homogêneas permitem elaborações teóricas da influência da escala de produção planejada sobre a decisão locacional, com rendimentos variáveis.

### **Espaço, cidades e competitividade**

As teorias fundamentais da localização discutidas na seção anterior apresentam várias características essenciais (resumidas no Quadro 1). Entre elas, uma tornou-se particularmente relevante, teórica e empiricamente, a partir do final da década de sessenta. Essas teorias fundamentais não diferenciam os tamanhos das empresas<sup>13</sup> em sua estrutura lógica formal (FERREIRA, 1989). Entretanto, os fatores dinâmicos que influenciam as decisões locacionais estão intimamente relacionadas com o tamanho da empresa. As estruturas organizacionais atuais (grandes empresas oligopolizadas e com múltiplas filiais) fazem com que as decisões locacionais estejam, muitas vezes, relacionadas com:

- o controle de depósitos estratégicos de minerais em nível mundial;
- reservas de mercado;
- a transferência para regiões periféricas de segmentos do processo de produção com fortes impactos ambientais negativos;
- o domínio de tecnologia de ponta;
- a proximidade dos centros urbanos onde se concentram as decisões políticas, financeiras e o setor de serviços; e
- a divisão internacional do mercado de trabalho.

Em certos países, as empresas se re-localizam, migrando de regiões de alta concentração de mão-de-obra e de sindicatos combativos para outras áreas, impondo uma nova disciplina no mercado de trabalho. As mudanças técnicas que estão ocorrendo exigem investimentos e financiamentos a longo prazo em pesquisas tecnológicas de ponta, influenciando

<sup>13</sup> "Nos anos de 1950, as contribuições à teoria da localização estavam completamente restritas a desenvolver os objetivos lógicos e metodológicos dos paradigmas neoclássicos de (Alfred) Weber e (August) Lösch, mas a ênfase primordial era na empresa constituída por uma única fábrica em regime de concorrência perfeita". [STORPER (1985) citado em FERREIRA (1989), pp. 195].

as decisões de localização das empresas. Parece que estamos testemunhando o surgimento de novos caminhos das teorias da localização, relacionados às teorias de oligopólio, de ciclos dos produtos e de lucros. Esse relacionamento evidencia a complexidade da interdependência locacional entre várias empresas e suas estratégias de produção e expansão.<sup>14</sup>

Cabe, então, a pergunta: seriam as teorias fundamentais de localização suporte adequado e essencial para a identificação das tendências à aglomeração ou à dispersão das atividades humanas e econômicas nos dias de hoje? Uma rápida análise dos trabalhos de PORTER (1990) e NICOL (1985) pode nos fornecer uma resposta inicial.

PORTER (1990) oferece uma refrescante análise sobre o papel das regiões metropolitanas como incubadoras industriais nas nações desenvolvidas. Ele se pergunta porque novos setores industriais (isto é, os tecnologicamente intensivos) tendem a ser identificados com empresas em países específicos. Baseando-se em premissas schumpeterianas, ele reestrutura sua questão em termos de capacidade inovativa; ou seja, "Por que certas firmas, baseadas em certas nações inovam mais do que outras?" (PORTER: 1990, 20)

Ele responde com seu famoso "diamante" de quatro pontas:

- 1) condições de demanda;
- 2) condições dos fatores de produção;
- 3) estratégia-competitiva; e
- 4) aglomeração de indústrias (*industry clusters*).

Isto é, uma firma torna-se competitiva internacionalmente por causa de condições favoráveis em seu mercado doméstico, qualidade dos seus fatores de produção, das pressões competitivas em seu setor, que encorajam a excelência, e das ligações existentes com seus fornecedores e distribuidores.

Na prática, histórias de sucesso em firmas específicas são, freqüentemente, também histórias de aglomerações urbanas. Restringindo-nos ao ponto 4 do diamante, aglomeração industrial tende a ocorrer em lugares específicos. Nas palavras do próprio Porter: (PORTER: 190,29):

*Successfull firms are frequently concentrated in particular cities or states within a nation. Something about these locations provides afertile environment for firms in these particular industries.*

<sup>14</sup>Indicando que MARKUSEK (1985) estaria correto ao propor a *sucessão espacial*, uma seqüência de tendências locacionais na qual um setor industrial se estabelece e se concentra em uma ou várias regiões no início da seqüência, para posteriormente dispersar para outras regiões, eventualmente abandonando os centros iniciais.



O que seria este algo que existe em cidades específicas que estimula aglomeração de firmas em sua marcha rumo à liderança mundial? A resposta de Porter indica duas possíveis explicações: fluxo de informações e rivalidades entre firmas são mais intensas em espaço geográficos menores.<sup>15</sup>

Um outro enfoque é desenvolvido por NICOL (1985), que se preocupa com os impactos da tecnologia da informação sobre o espaço, particularmente sobre a localização de atividades. Tradicionalmente, telecomunicações (em particular, o telefone) têm sido apresentadas como contendo influências descentralizantes. O argumento básico é o de que melhor comunicação reduz a dependência espacial; isto é, reduz as forças de fricção que o espaço geográfico impõe.

Se isso for verdade, o progresso técnico em comunicação e transporte deve gradualmente relaxar os efeitos centrípetos da distância sobre as decisões de localização de empresas e residências. Será que esse desenvolvimento nos levará à era do espaço geográfico fungível? NICOL (1985) argumenta que apesar de questionável, isso é pouco provável. Ao contrário do espaço geométrico, o espaço geográfico não é fungível.

As telecomunicações têm tornado o espaço mais *transparente* ao fluxo de informações, ampliando assim a conexão entre lugares. Ao mudar o modo de representação dos caracteres impressos para sinais elétricos e ondas eletromagnéticas, as comunicações modernas praticamente eliminaram todas as ligações mecânicas na transmissão das informações. Não obstante, apesar de suas fantásticas vantagens não existem incontestáveis evidências de que as telecomunicações estejam substituindo transporte<sup>16</sup> na extensão prevista por alguns, como bem destaca NICOL (1985).

## Considerações finais

Os economistas da Escola Clássica negligenciaram a dimensão espaço em seus estudos econômicos, e se refugiaram num mundo maravilhoso sem dimensões espaciais, nas palavras de ISARD (1956). A Economia Clássica focalizou suas preocupações no processo de evolução das atividades econômicas e da distribuição do produto gerado. O descaso com a distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico se origina, também, da suposição de que deve ocorrer uma equalização dos preços dos fatores, advinda do regime de concorrência perfeita e da perfeita mobilidade dos fatores, admitindo-se custos nulos de

<sup>15</sup> Maiores detalhes em NORTON (1992).

<sup>16</sup> Não restam dúvidas de que existe potencial para substituir transporte por telecomunicações, porém, isso ainda não significou uma redução no uso agregado do transport.

transportes. Desse modo, as desigualdades dos níveis de produção "per capita" entre as regiões seriam eliminadas automaticamente. Marshall, na linha da tradição anglo-saxônica, reafirmava a maior importância da dimensão temporal em detrimento da dimensão espacial. (ISARD, 1956) Os autores clássicos tendiam a considerar os fatores não-econômicos como predominantes na explicação do padrão espacial das atividades econômicas.

Um importante obstáculo ao interesse dos economistas da Escola Clássica pelos problemas econômicos espaciais deriva do fato de que a contribuição da Escola Marginalista se torna de difícil aplicação aos fenômenos econômicos espaciais e, além do mais, a hipótese da concorrência perfeita se mostra insustentável. Primeiro, os deslocamentos no espaço geográfico se realizam por movimentos descontínuos e variações discretas, de tal forma que a determinação da localização "ótima" e, enfim, da distribuição "ótima" das atividades econômicas é difícil de ser analisada por meio do princípio de substituição, que é o aparato que leva à maximização condicionada do lucro na teoria da alocação de recursos na análise econômica marginalista. Segundo, a Economia Espacial se caracteriza por diversas imperfeições de mercado, devido ao fato de que a própria "fricção da distância" confere uma proteção monopolística às firmas próximas dos consumidores.

Uma das reações às idéias dos economistas da Escola Clássica surgiria com a Escola Histórica Alemã. Esta reação pode nos levar a entender o predomínio da contribuição germânica nas teorias da Economia Espacial do século XIX e início do século XX. A Escola Histórica Alemã atingiu seu auge na Segunda metade do século XIX. Ela advogava que a economia como fenômeno social não se desvincula do organismo político-social-institucional e somente pode ser entendida e analisada se for pesquisado como elemento da ordem social, inter-relacionada com os costumes, a lei, a educação, a política e a religião. A economia sofre mutações na medida que os fenômenos com os quais ela se inter-relaciona intimamente também evoluem historicamente.

Este breve ensaio evidenciou a necessidade premente de estudos sobre espaço de desenvolvimento de molduras teóricas que combinem o rigor e a elegância formal das Escolas Clássica e Neoclássica com a abrangência da Escola Histórica Alemã. As dificuldades metodológicas são imensas. Não obstante, o desafio maior é motivar a maioria dos economistas para essa empreitada.

## Bibliografia

- CASTELLS, Manuel. *The Urban Question*. Cambridge, Mass, MIT Press, 1977.
- . *City Class, and Power*. Berkeley, University of California Press, 1978.
- . *The City and the Grassroots*. Berkeley, University of California Press, 1983.
- . "Space and Society: Managing the new Historical Relationships" in SMITH, Michael Peter (ed.). *Cities in Transformation: Class, Capital, and the State*. Urban Affairs Annual Review, Vol. 26, Beverly Hills, Sage, 1984, pp. 235-260.
- FERREIRA, Carlos M. de C. "As Teorias da Localização e Organização Espacial da Economia" in HADDAD, Paulo Roberto et alii (org.). *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1988), pp. 67-206.
- HARVEY, David. *Social Justice and the City*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1973.
- . "The Urban Process under Capitalism: a Framemork for Analysis" in *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 2, n° 2, 1978, pp. 101-132.
- ISARD, Walter. *Location and Space Economy: a general theory relating to industrial location, market areas, land use, trade and urban structure*, Cambridge, MIT Press, 1956.
- MARKUSEN, Ann. *Profit Cycles, Oligopoly and Regional Development*. Cambridge, Mass, MIT Press, 1985.
- NICOL, Lionel. "Communications Technology: Economic and Spatial Impacts", in CASTELLS, Manuel (Ed.). *High Techonology, Space and Society*. Beverly Hills & Londres, Sage Publications, 1985, pp. 191-209.
- NORTON, R. D. "Agglomeration and Competitiveness: From Marshall to Chinitz" in *Urban Studies*. Vol. 29, n° 2, 1992, pp. 155-170.
- PORTER, Michael. *The Competitive Advantage of Nations*. New York, The Free Press, 1990.
- SMITH, Michael Peter & Richard TARDANIZO. "Urban Theory Reconsidered:

Production, Reproduction and Collective Action" in SMITH, Michael Peter & FEAGEN, Joe R. (ed). *The Capitalist City. Global Restructuring and Community- Politics*. Oxford e New York, Basil Blackwell, 1987, pp. 87-110.

STORPER, Michael. "Oligopoly and the Product Cycle: Essentialism in Economic Geography" in *Economic Geography*, Vol. 61, n° 3, 1985, pp. 261-279.